

Aventuras da significação: Bakhtin e Eco à procura do signo deslizante¹

Humberto Ivan Keske²

Doutorando em Comunicação Social

Programa de Pós-Graduação – PUCRS

Resumo: O presente trabalho situa-se na possibilidade de articulação entre a noção de *contexto enunciativo* apresentada por Bakhtin (1997) e a noção de *texto* produzida por Umberto Eco (1986). Para tanto, vamos fazer dialogar alguns dos elementos presentes nos dois autores para repensarmos a questão da transformação que sofre a significação textual a partir da mudança do contexto enunciativo. Do processo intertextual e da influência contextual emergem diferentes narrativas que se *entretecem* para compor a multiplicidade de tessituras que se completam, colidem-se, confrontam-se e velam-se na instauração, construção e atualização de uma ou de várias significações.

Palavras-chaves: Comunicação; Significação; Texto; Contexto; Dialogismo.

Diálogos bakhtinianos: dos sentidos e das significações

Ao procurar refletir sobre a (re)constituição/(re)instauração de um *outro* conceito de língua, ampliado e diferenciado do que vinha sendo estudado pela lingüística, Bakhtin (1997) esboça os fundamentos de uma teoria do conhecimento, aglutinando no interior da língua os problemas e as questões relacionadas aos sujeitos e às suas realidades concretas circundantes. A partir desta perspectiva, a enunciação bakhtiniana assume contornos essencialmente sociais, e passa a interagir com os demais fatores que habitam o universo (re)criado e (re)significado pela linguagem do homem.

Nestes termos enunciativos, Bakhtin (1997) interessa-se em desvendar de que maneira se produz o sentido e a significação de um dado enunciado; ou seja, de que forma a *palavra* pode ser significada em sua *plenitude*. Para tanto, faz a diferenciação entre a noção de *tema* e *significação*, partindo da questão inicial de que

¹ Trabalho apresentado ao NP 01 – Teorias da Comunicação, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom - XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social – FAMECOS – PUCRS e Professor do Centro Universitário FEEVALE. E-mail: betokeske@ig.com.br

um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação *como um todo*. Vamos chamar o sentido da enunciação completa o seu *tema*. O tema deve ser único. Caso contrário, não teríamos nenhuma base para definir a enunciação. O tema da enunciação é na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997: 128).

Como se percebe, esta *unidade* da enunciação proposta pelo autor é sempre uma combinação de elementos verbais com aspectos não-verbalizados, pressupostos pelo emissor e pelo destinatário de um processo comunicacional. Tal pressuposição ocorre, principalmente, através dos *não-ditos* comunicacionais: enquanto *diálogo*, muitas “falas internas” desenvolvem-se com um mínimo de verbalização. Esta noção de *tema* da enunciação em Bakhtin (1997) “é determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entonações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997: 128).

Enquanto significado global que confere unidade à enunciação, a noção de *tema* é caracterizada pela *transitoriedade*, uma vez que é apropriada unicamente ao *momento da proferição* e a nenhum outro. É único e irreprodutível. Em outras palavras, “o tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua plenitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema. Isto é o que se entende por tema da enunciação”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997: 128). Por outro lado, no interior silencioso do *tema*, a enunciação também é dotada de uma *significação*, que se refere aos elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são *repetidos*. O exemplo trazido pelo autor é o da elocução [Que horas são?] que possui uma aceção diferente cada vez que é proferida, produzindo, conseqüentemente, um tema diferente, que depende da situação particular em que é expressa e da qual faz parte.

Como se percebe, a relação entre tema e significação na língua é de complementaridade e de mútua interação: a noção de *tema* apóia-se sobre uma certa *estabilidade da significação*, sem a qual as palavras perderiam o seu sentido, em uma espécie de *livre-escolha significativa*. Sendo *parte*, a significação *está para o todo*; ou melhor, *realiza-se nesse todo*, do qual faz parte. Bakhtin (1997) reitera que se abstrairmos por completo essa relação com o todo, que é a própria enunciação em sua

plenitude, perderíamos a significação. É por estas razões que considera não haver uma fronteira clara entre tema e significação.

Fundamentalmente, o que está sob a distinção entre *tema* e *significação* para Bakhtin (1997) relaciona-se à questão da compreensão *ativa* e *passiva* da enunciação. Ao seu ver, a compreensão passiva, típica dos filólogos, exclui qualquer *atitude responsiva*, justamente por isolar a palavra e tratá-la como sempre idêntica a si mesma (forma dicionarizada). Neste sentido, argumenta que “qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser ativo; deve conter já o germe de uma resposta. Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema, pois a evolução não pode ser apreendida senão com a ajuda de outro processo evolutivo”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997: 131).

Novamente, está aí colocada a metáfora do diálogo, onde cada termo do processo enunciativo, em cada particularíssimo instante de cada enunciação já requer, por si só, uma *localização contextual ativa e responsiva*. Compreender é dialogar! É desta *plenitude significativa* que Bakhtin (1997) nos fala: “não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997: 132).

Irrequieto, repensa as questões ligadas à produção do sentido e da significação de um determinado enunciado a partir desta perspectiva interdiscursiva e social, onde o significado realiza-se *através* de um conjunto complexo de fatores, de sujeitos em atos de fala, de intertextos, de interditos, de não-ditos. Ou seja, “procura explorar a idéia e centrar a discussão de que a linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta, no momento e no lugar da atualização do enunciado” (BRAIT, 2001: 77). Assim, enfatiza a necessidade de observação da instância articuladora e relacional que se dá entre a história, o tempo particular e o lugar de geração do enunciado, com a seqüência de envolvimentos intersubjetivos que de algum modo se ligam e tocam àquele enunciado.

Nestes termos, Bakhtin (1997) defende a idéia de que este *redimensionamento da significação*, com a reinstauração inusitada de sentidos ocorrem, fundamentalmente, a partir da inter-relação entre a *significação* já presente em cada palavra (significado semântico – valor inferior, sempre estável e idêntico a si mesmo), e a *apreciação* ou *valor apreciativo* realizado pelo sujeito (fala viva) em processo de interação com outros sujeitos e com a situação social circundante (*contexto enunciativo* de seu proferimento). O nível mais evidente e ao mesmo tempo mais superficial deste *acento de valor* contido

em cada palavra se manifesta através da *entonação expressiva* conferida pelos sujeitos às palavras. “Sem acento, não há palavra”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997: 132).

De real importância em um processo comunicacional, diferentes “falas” podem se constituir a partir de uma mesma e única palavra, que pode apresentar significados completamente diferentes graças à *entonação expressiva* que é dada no momento de sua proferição. Como se percebe, a palavra em si, no dizer de Bakhtin (1997), constitui apenas um *suporte* da significação, uma vez que “o tema, que é a propriedade de cada enunciação, realiza-se completa e exclusivamente através da entonação expressiva, sem a ajuda da significação das palavras ou da articulação gramatical”. (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997: 134).

Por estas razões, Bakhtin (1997) credita à apreciação o *papel criativo* nas mudanças de significação onde, fundamentalmente, essa transformação sofrida pela significação é uma *reavaliação*: ou seja, o deslocamento de uma determinada palavra de um contexto apreciativo para outro. Esta *competência avaliativa* dos partícipes do processo de comunicação e de suas interações com o *contexto* em que se dá o enunciado, relacionado ao poder *emocional-volitivo* que coloca o objeto/palavra/enunciado em movimento, através de determinado julgamento realizado pelo falante, passam a ter papel fundamental no processo de significação. *O som adquire valor*, e passa a ser significante e constituinte da própria noção de significação. Neste constante processo reavaliativo, nada permanece estável.

Enfatizando a *natureza real* dos fenômenos da língua, para o autor a significação não pertence a uma palavra enquanto tal, como pensada por Saussure, mas se dá através de um processo *entre* interlocutores, estabelecido na natureza viva, mutável e continuamente renovável que cada signo adquire a partir de seus *contextos concretos*. A noção de resignificação em Bakhtin (1997) traz em si a idéia de um sistema dialógico hipercodificado que, ao transbordar seu local de “origem”, vai recriar-se a partir das atualizações sugeridas pelo contexto em que se encontram seus leitores/sujeitos/receptores.

Em outras palavras, o *contexto* em que se dá o enunciado, chamado por Bakhtin de *avaliação social*, e o poder *emocional-volitivo* que coloca o objeto/palavra/enunciado em movimento, através de determinada entonação realizada pelo falante, passam a ter papel fundamental no processo de significação. O conteúdo *hipercodificado* da expressão [fogo!], por exemplo, que já traz em si toda uma bagagem intertextual e um histórico interpretativo anteriores, transborda de seu local elocutivo “original”, ou

através do qual inicialmente se expressava, para realizar sua plenitude significativa na interação social que é dada pelo contexto [particularmente particularizado] a ser atualizado. Mais uma vez, vale a pena ressaltar o papel desempenhado pelo “permanente diálogo existente entre o indivíduo e a sociedade, dimensão que a linguagem se encarrega de instaurar e mobilizar” (BRAIT, 2001: 78). Como se percebe, Bakhtin se refere à constante mediação, à intersecção das enunciações dos sujeitos falantes, e ao contato

nem sempre simétrico e harmonioso, existente entre os diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. Por outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos. E aí, dialógico e dialético aproximam-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem (BRAIT, 2001: 79).

Bakhtin percebe que qualquer discurso é formado por uma *natureza social heterogênea*, explícita, velada, conflituosa, redentora, e não apenas por uma fala individual. Para ele, o próprio dialogismo que envolve qualquer discurso, passa a ser entendido como uma instância significativa, “entrelaçamento de discursos que, veiculados socialmente, realizam-se *nas e pelas* interações entre sujeitos” (BRAIT, 2001: 79). Dessa multiplicidade de fatores surge um *eu* bakhtiniano que se realiza em um *outro*, que é o coletivo, o social e o inter/transdiscursivo.

Ao propor uma leitura discursiva-interativa contextual, retrabalha a própria noção de texto, percebendo-o de uma forma bem mais ampla: mosaico multicolorido composto por uma infinidade de peças em movimento, cujo “destino” interpretativo se constitui em um campo de estudos ainda em formação. Na *intertextualidade* proposta por Bakhtin, o discurso, entretecido por outros discursos, perpassa e é perpassado pelos mais diferentes sujeitos e suas culturas. A cada atualização, (re)instaura uma nova significação. Ao passear pelos mais diferentes territórios, leva e deixa marcas dessa interação, incorporando os demais discursos que chegam até ele, e que dele partem. (Re)cria-se. Através dessa *extraterritorialidade*, termo cunhado por Bakhtin para designar um discurso que, ao *transgredir* seu local de origem, ou cujo território lhe foi socialmente estabelecido, para manifestar-se/expressar-se em outros locais, dialoga com toda a profusão de sistemas circundantes. Tais perspectivas se constituem em um

conjunto de dimensões entretecidas e ainda não inteiramente decifradas (BRAIT, 2001: 71). Como diria Bakhtin, *o eu está realizado no outro!*

A competência do leitor-modelo de Eco na interpretação do Aleph borgeano

Já que falamos em mosaico multicolorido de intertextos que, ao combinarem-se ao prazer interpretativo dos seus leitores/sujeitos/receptores, formam um novo texto, completamente inusitado, falta-nos, ainda, nos referirmos a um possível *limite* para todo esse potencial interpretativo/criativo em constante formação/expansão. Neste sentido, Umberto Eco (1986) nos coloca, por assim dizer, a *moldura* para essa *obra aberta* e em permanente recriação. O conceito de texto é entendido pelo autor como um “todo de sentido”, cujas propriedades internas constituem uma unidade significativa singular que combina *coesão* e *coerência*. “A ‘coesão’ refere-se à interdependência e a interconectividade dos elementos. A ‘coerência’ é aquilo que permite ao texto fazer sentido para um intérprete” (BARTHES, 1988, *apud* SANTAELLA, 1992: 395).

Para além da completude e da polifonia de vozes interpretativas que se fazem escutar, o que caracteriza um texto também é o fato de ser um *tecido* repleto de não-ditos, que necessita do auxílio do leitor para complementar e dizer esses não-ditos. Trata-se, na verdade, de um grande *tecido intertextual* de significação. Sob essa perspectiva, o texto passa a ser visto como o local onde as várias linguagens se articulam, se interpenetram e colidem, composto por uma série de fragmentos, códigos e linguagens provenientes de outros textos. Ao permitir/esperar que seja re-lido, re-escrito e re-interpretado, abre-se ao diálogo e atualiza-se constantemente, transformado-se em um território plural e multifacetado, em que autores, leitores e demais textos que o precederam, interajam entre si. Polifonia de vozes que se fazem escutar: explícitas e tácitas.

A questão da intertextualidade/dialogismo de uma obra literária é trabalhada por Eco (1986) a partir da visão de mundo de um leitor-modelo. Fundamentalmente, este leitor ideal, extremamente qualificado, representa uma série complexa de movimentos cooperativos que devem ser executados pelo leitor. A atividade a ser desenvolvida pelo leitor, neste caso, é o de *operador textual*, pois é ele quem desencadeia todo o processo de atualização, entendido enquanto estratégia de complementação dos interstícios a serem preenchidos por um determinado conteúdo textual. Esta atualização é muitas

vezes estabelecida por procedimentos implícitos ao leitor, dos quais ele não é ciente em um primeiro momento, mas que, entretanto, já estão indicados ou previstos pelo próprio texto.

Neste sentido, ao procurar estudar os mecanismos de cooperação associados à atividade do leitor, chamados de *pragmática do texto*, Umberto Eco (1986) estabelece que o leitor desenvolve um *princípio ativo* de cooperação interpretativa, constituindo-se, inclusive, parte do próprio *quadro gerativo* do texto. Inserido no âmbito dos movimentos cooperativos que o texto espera de seu leitor, encontra-se um certo *trabalho inferencial* que a este leitor também é pedido: o de tomar determinadas *decisões interpretativas* baseadas no que lhe foi subministrado; ou seja, em um texto narrativo, o leitor é obrigado a *optar* o tempo todo, quer através das sugestões do autor; quer através das instruções textuais.

Deste modo, um texto não quer apenas a cooperação de *um leitor* qualquer, mas prevê que o desenvolvimento de um *leitor-modelo* siga uma série de *alternativas interpretativas* indicadas ou pressupostas pelo texto, a partir de complexos procedimentos inferenciais, nos quais entra em cena toda uma competência enciclopédica intertextual deste leitor ideal, que lhe dará condições de posicionar-se conforme o desejado pelo texto. Trata-se de um acordo: o próprio texto preverá seu leitor-modelo, capaz de cooperar para a atualização textual conforme prevista e de movimentar-se interpretativamente conforme sugerido. Segundo Eco (1986), “dissemos que o texto postula a cooperação do leitor como condição própria de atualização. Podemos dizer melhor que *o texto é um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo*. Gerar um texto significa executar uma estratégia de que fazem parte as previsões dos movimentos de outros – como, aliás, em qualquer estratégia” (ECO, 1986: 39).

A partir da obra *Os limites da interpretação*, publicada originalmente em 1990, Umberto Eco acabaria por delimitar as incontáveis possibilidades de apreensão do *universo interpretativo* restringindo-o ao âmbito fornecido pelo próprio texto, em uma defesa *ao sentido literal* constante da obra, onde as inferências interpretativas, por mais paranóicas que fossem, deveriam se basear no “reconhecimento do primeiro nível de significado da mensagem, o literal” (ECO, 2000: 11). É em função então da manifestação linear do texto, ancorada pelo sentido literal da obra, que o leitor colabora no preenchimento de seu significado.

Deste modo, ainda que um texto possa estimular um número infinito de interpretações que co-habitem o espaço interseccional entre a *intenção do autor*, considerada por Eco (2000) como *irrelevante* para a interpretação de um texto, e a *intenção do leitor*, que poderia reivindicar seus direitos à livre expressão interpretativa, existe a *intenção do texto*, que representa uma *restrição* à atividade desenfreada do leitor de interpretar; ou melhor “superinterpretar” um texto *ad infinitum*. Em outras palavras, podemos ampliar demasiadamente nosso horizonte interpretativo, mas não temos como *fugir/fingir* que a capa de *Chapeuzinho Vermelho* é de qualquer outra cor que não aquela *inicialmente* referida pelo *próprio texto*. Resumidamente, este representa, para Eco (1986), o *sentido literal* do texto. A idéia básica do processo interpretativo proposto pelo autor está centrada na descoberta da *estratégia textual* de produção de um *leitor-modelo*, concebida como a contrapartida ideal das pressuposições que formam um *autor-modelo*.

Entretanto, o problema que se aqui coloca não é tanto o de descobrir a intenção do leitor, em meio às multiplicidades interpretativas que a ele se apresentam, mas sim, definir qual a *intenção do texto*, que se completa através da *cooperação ativa do leitor*, que se propõe a atualizá-lo conforme previsto. O processo interpretativo em produção está localizado no *espaço de intersecção* destes dois parâmetros, e não pode ser enfocado e analisado somente em um dos pólos interativos. É um movimento inferencial circular, uma vez que é o próprio texto quem produz *seu* leitor-modelo, capacitando-o a desenvolver *uma* ou *várias* conjecturas interpretativas, a partir de bases ou matrizes por ele fornecidas. Conforme Eco (2001) coloca, “a intenção do texto não é revelada pela superfície textual. Ou, se for revelada, ela o é apenas no sentido de *carta roubada*. É preciso querer ‘vê-la’. Assim, é possível falar da intenção do texto apenas em decorrência de uma leitura por parte do leitor. A iniciativa do leitor consiste basicamente em fazer uma conjectura sobre a intenção do texto” (Eco, 2001: 75).

Temos assim, dentre os vários aspectos que um determinado texto pode significar, àqueles que são *relevantes* para uma interpretação coerente e àqueles que são *marginais* ou que constituem elementos de um segundo plano de manifestação, incapazes de sustentar uma leitura satisfatória e adequada, com um coeficiente mínimo de bom-senso. Como os graus de certeza e incerteza que caracterizam uma interpretação considerada satisfatória são muito tênues e relativos, Eco (2000) fixa esta decisão justamente no *sentido literal*, conforme vimos, que além de descartar interpretações reconhecidamente malsucedidas, leva em consideração a tradição das interpretações

anteriores, que também servem como um patamar de análise consistente. Neste caso, “mais do que um parâmetro a ser utilizado com a finalidade de validar a interpretação, o texto é um objeto que a interpretação constrói no decorrer do esforço circular de validar-se com base no que acaba sendo o seu resultado” (ECO, 2001: 75-76).

De qualquer forma, ainda que a complementação dos interstícios textuais contemple uma série de percursos interpretativos que o leitor tem de atualizar, até mesmo porque um texto pode ser lido em muitas direções, é o próprio texto quem fornece as instruções que devem ser seguidas. Por ser *modelo*, o leitor ideal é aquele que coopera com o texto nas atualizações previstas e que se propõe a seguir os indicativos por ele fornecidos. Como se percebe, este *simulacro textual* coopera na atualização de um determinado percurso interpretativo que dê conta não somente de uma *contextualidade*, mas, principalmente, de uma *intertextualidade*.

Como o universo da significação é ambíguo e multi-interpretável, muitos textos somente podem ser plenamente atingidos em toda sua riqueza à luz de um suficiente *conhecimento intertextual*, que depende da capacidade deste leitor em manter ativado, a partir de um determinado *contexto*, um grande jogo de inferências, de modo que, mesmo o mais “fechado” dos textos, possa reencontrar um novo viço interpretativo na produção de uma nova *cadeia significante*. Deste modo, o princípio da contextualidade inerente ao próprio texto, se amplia para um princípio de intertextualidade extratextual, oriundo das diferentes competências interpretativas dos leitores/sujeitos/receptores.

Ao que parece, podemos desenvolver um exercício de livre comparação entre as diversas composições intertextuais presentes em um texto e as tonalidades multicromáticas dos vitrais góticos das igrejas medievais, conforme nos lembra Eco (2003), para quem a Idade Média, longe de ser uma seqüência de séculos obscura em termos de cores, retratada sempre pela visão noturna de castelos e vielas sombrias, “representa a si mesma em tons brilhantes”. (ECO, 2003: 25). Tal multiplicidade interpretativa é chamada pelo autor de “Poética da Luz”. Nesta perspectiva, ambos intertextos estão em constante recriação interpretativa, a partir do olhar inusitado do sujeito/espectador/interpretante textual. Da mesma forma que um texto abre-se à interpretação que acrescenta luz em seu interior, em seus ditos, interditos, não-ditos silenciosamente colocados como armadilhas a serem administradas pelos diletos leitores, uma

igreja gótica, para fazer penetrar o divino em suas naves sem isso escuras, estria-se de laminas de luz que penetram das vidraças, e é para dar lugar a estes corredores de luz que o espaço das janelas e rosáceas alarga-se, as paredes quase se anulam em um jogo de contrafortes e arcos que se elevam, e toda a igreja é construída em função, de um irromper de luz através de uma renda de estruturas. (ECO, 2003: 25-26).

A metáfora da igreja medieval, tão cara a Umberto Eco, como a todo bom medievalista, com sua estética de vivas cores, nos serve de reflexão para repensar a convergência dessa multiplicidade de linguagens sígnicas que se entrecruzam em um universo textual cada vez mais interpretável. Melhor dito: se teorizarmos sobre as diferentes linguagens que se convergem na produção de um determinado sentido, estamos indo muito além de uma reflexão sobre o próprio texto, mas sim, penetrando na “alma humana”, no dizer bakhtiniano do termo, que transcende em muito uma mera análise do suporte técnico em que se desenvolve o texto e suas diferentes técnicas de materialização das idéias de seus autores/produtores. Das revivências do passado, o homem medieval também estremecia a alma frente ao desconhecido. Assim, muitos textos, e isto não podemos negar, já nos provocaram medo, pânico, paixão, tristeza. Como se percebe, fundamentalmente, queremos apontar para uma outra discussão acerca da arte da interpretação.

A proposta de uma visão semiótica que busque outros vieses de análise para a atividade interpretativa nos indica, como caminho reflexivo, esse *prisma luminoso multifacetado*, que rompe a estrutura sólida dos conceitos exangues para mostrar que um texto e suas hiper-realidades interpretativas, ou seus *mundos possíveis*, no dizer de Umberto Eco (1986) está *em relação* aos sistemas de signos que o refaz constantemente. Não nos esqueçamos que uma reflexão acerca do próprio processo interpretativo não está centrada unicamente no texto, ainda que dele parta, mas sim, em uma *mediação* estabelecida entre os sujeitos senhores da Linguagem e seus signos culturais interpretantes. É neste sentido que o *prisma luminoso multifacetado* que invade a escuridão das catedrais góticas e os não-ditos textuais se liga, de alguma forma, ao fractal espectro atômico visionado por Borges. O *Aleph* é o grande hipertexto borgeano, pois possui a forma universal tão esperada por aqueles que buscam a interpretação como forma de inspiração criativa. Apenas um breve momento na presença do Aleph já transforma o sujeito interpretante, seus textos e contextos, em uma esperançosa releitura do próprio processo interpretativo/criativo.

Texto, contexto e limite interpretativo – quando Bakhtin dialoga com Eco

A idéia da atualização textual, trazida à tona por Umberto Eco (1986), através da noção de dialogismo/intertextualidade, aproxima-se da noção de interação textual defendida por Bakhtin: trata-se de um texto sobre outro; ou algum fragmento de um texto primeiro que aparece em um novo texto, re combinado e rearticulado em relação ao anterior, que se constitui em um intertexto completamente novo e original. A competência enciclopédica intertextual, inserida no âmbito de uma determinada cultura, refere-se justamente à articulação dos intrincados “sistemas de signos” que compõem os diferentes “universos textuais” que fazem parte da vivência do leitor, o que pressupõe um contexto de referência bastante amplo, que não dependa exclusivamente do sistema léxico verbal-lingüístico.

A questão de intertextualidade, que perpassa a problemática teórica presente em Bakhtin e Eco, remete à noção de que as obras são feitas a partir de outras obras: leituras, releituras, desleituras. Um texto só existe em meio a outros textos, que se (inter)relacionam, se imbricam e colidem. Seu significado não pode ser pensado como tendo um destino único e isolado, mas sim, como um evento possibilitado por textos anteriores que, de alguma forma, dialogam com seus contemporâneos. A “origem” da obra, ou “texto-tutor” perde importância em detrimento de todos os acréscimos fornecidos pelos demais textos que a partir daquele vão surgindo. Expansão textual proporcionada pelos leitores/sujeitos/receptores.

Em Bakhtin, todos esses tecidos intertextuais somente podem adquirir um sentido e uma significação plenos a partir de sua interação com um determinado campo social. *O enunciado interage com o seu contexto.* Ao leitor/sujeito/receptor se faz necessária uma competência extralexical [enciclopédica], no dizer de Eco, que, justamente, extrapole o âmbito de uma reflexão meramente lingüística-frasal. Mais do que isso, o próprio texto passa a interagir com os seus contextos, voltando-se na direção das práticas culturais e sociais da vida cotidiana. Afinal de contas, não há como não ler o mundo, e suas mais diversas formas de comunicação, a não ser a partir dos sistemas significantes que o compõe. A vida é dialógica por natureza; tudo comunica, e esta comunicação é interdiscursiva, polifônica, interativa e, sobretudo, social. O trabalho analítico-interpretativo de Eco, entretanto, centraliza-se no *texto* e não prioriza o

contexto em que se dá a enunciação, diferentemente da idéia levantada por Bakhtin. O limite é o texto e não o local de sua interpretação/recepção, para onde converge as mais diferentes atualizações que terminam por efetivamente dar sentido pleno às significações.

Nestes termos, a noção de *significação* completa-se ao ser completada pelo *contexto circundante*, para o qual, como já vimos, concorre um conjunto interativo de fatores, de sujeitos em atos de fala, de situações, de intercursos, de textos, de co-textos, de intertextos, de contextos. “A linguagem não é falada no vazio, mas numa situação histórica e social concreta, no momento e no lugar da atualização do enunciado” (BRAIT, 2001: 77). A construção/formação da significação, incompleta em sua completude, articula-se a toda essa gama de fatores imbricados, difusos, polissêmicos; caso contrário, teríamos uma única e mesma leitura para um texto qualquer, o que não estaria de acordo com uma das características básicas de um texto que é, justamente, seu movimento; seja *sígnico*, estabelecido por atualizações no interior mesmo do sistema; seja *interpretativo*, iluminado, a cada momento, pelas luzes de seus diferentes sujeitos/leitores/receptores.

Essa reinstauração inusitada de sentidos remete à *avaliação social* realizada pelo sujeito, não mais textual, como propõe Eco, mas sim, um sujeito *sujeitado* pelas experiências cotidianas e sociais, que atualiza o enunciado a partir de seu ponto de vista, levando em conta o local de sua enunciação e a maneira em que ela se dá. Lembremos do exemplo, anteriormente citado, do semema [fogo!]. Dessas relações/interações/imbricações de discursos que dialogam entre si, e de sujeitos que, além de dialogarem entre si, dialogam com a multiplicidade de discursos de uma mesma cultura e sociedade; e de culturas e sociedades diferentes entre si, emerge a necessidade de um processo de produção de significação e, em última instância, de um processo comunicacional, que se dê para além de um suporte meramente lingüístico-verbal, monológico, e, até mesmo, textual. Mais uma vez, emerge a necessidade de uma competência extralexical e de sujeitos que extrapolam o patamar do simulacro chamado de *modelo*. Por sinal, a significação textual *está para* o seu contexto enunciativo/receptivo, com o qual interage diretamente, como aqui vem se falando.

Pela própria natureza constitutiva da linguagem, a complexidade de fatores envolvidos na esfera dos *entre-discursos* extrapola o patamar de uma comunicação unidirecional e centrada em um único *eu* emissor/detentor da única significação possível, legítima e adequada. Entretanto, também não se localiza exclusivamente nas

mãos de seus leitores/sujeitos/receptores, como diria Eco. A dimensão a descortinar-se, está em permanente (des)construção. Afinal de contas, o entrelaçamento de discursos realizam-se *nas e pelas* interações entre sujeitos (BRAIT, 2001: 79).

A idéia imperiosa é sempre a mesma: a intertextualidade é condição básica da escritura, e projeta-se para o plano do próprio processo comunicacional; entretanto, sua significação necessita da companhia do contexto para realizar-se. Além do mais, a perspectiva levantada pela inexistência de um texto único e monolítico questiona, ao nosso ver, a própria existência de um texto que seja “original”, ou “tutor”. Para além de uma fronteira discursiva e de uma fronteira textual separadas e até mesmo antagônicas, conforme coloca Barthes (1972), a intertextualidade, em seu sentido magno, localiza-se na *dinamicidade*, ainda em formação e relacional, gerada por uma multiplicidade de peças justapostas em processo de encaixe/dencaixe. Transparentes, aderentes, encobertas, recobertas, desaparecidas, intertextuais: seus pontos de contato se tornaram imperceptíveis.

Nessa mesma perspectiva intertextual, polissêmica e diluída, o texto passa a se constituir, enquanto tal, não mais a partir de sua pretensa origem, local de onde derivariam todos os demais textos que dele fossem surgindo, para se transformar no seu *destino*, na sua *conexão* sem referência; na sua *recepção*. Ilusório pensar, por sinal, em uma arqueologia que levasse em conta a existência de um único texto ancestral. Trata-se de uma origem sem começo. A redundância é proposital. Pelo simples fato de *existir*; de fazer parte desse *espaço mediado* formado por *entre-textos* que dialogam entre si, sua atualização é permanente, incansável, inesgotável. Múltiplos diálogos entre polissêmicas subjetividades. É a vida *da* obra e a obra *da* vida que se fazem presentes. Indissociavelmente.

Tendo em vista a cooperação ativa do leitor, o texto se transforma no *local gerativo* que extrapola os limites frásicos para produzir o processo de significação a partir de um tecido intertextual de citações. Na atividade cooperativa do leitor, o *contexto cultural* interfere diretamente, seja através do nível lingüístico, imagético, sonoro ou *plural*, para o qual convergem as múltiplas competências que se complementam na construção de um determinado sentido.

Seja como for, cada autor, tanto Bakhtin (1997), quanto Eco (1986) procurou demonstrar que existem propriedades extralingüísticas de um *texto* que não podem ser propriedades restritas unicamente à *frase*. Assim sendo, na interpretação de um texto estão envolvidos fatores *contextuais* que interferem diretamente no processo de

resignificação proporcionado pelos falantes/ouvintes de um ato comunicacional. Em outras palavras, em um texto existem componentes de um contexto lingüístico e extralingüístico que uma análise meramente gramatical-lexical não poderia dar conta sozinha. A exigência fundamental que é proposta ao leitor, tanto *de* Bakhtin quanto *de* Eco, e esta ambigüidade é proposital, é justamente essa competência extralexical, contextual e sobretudo, *dialógica*; ainda que existam determinados encontros e desencontros, fundamentais para a atualização e vivificação de qualquer enunciado.

Finalizando, a proposta de leitura bakhtiniana atualiza determinadas *propriedades textuais* mediante *contextos específicos*. Seu sentido e significação plenos não estão contidos unicamente nas linhas que, ao serem tecidas, formam seus mais diferentes intertextos. O texto bakhtiniano se constitui em possibilidades que são facultadas ao leitor de inferir o possível contexto lingüístico e as possíveis circunstâncias de enunciação, a partir do local de sua *recepção*. Entretanto, não há como fugir do texto, para creditarmos à Eco o que lhe é devido. As múltiplas possibilidades de enunciação e de recepção *brincam* de pertencer a vários sistemas semióticos ao mesmo tempo, co-ocorrendo de maneira simultânea. A atualização, ora indicada, ora a espera de uma possível descoberta por parte do leitor/sujeito/receptor, recria/possibilita diferentes *percursos de leitura*, em função das muitas denotações e conotações decorrentes, adquirindo múltiplas significações de acordo com a seleção contextual e intertextual hipercodificada envolvida no processo. Afinal de contas, um texto é sempre um eterno devir!

É neste sentido que Mallarmé (1842 – 1898) tinha razão ao se referir a Escritura como *esse jogo insensato de escrever*. Concordando com o poeta, percebemos a Palavra como uma espécie de *signo deslizante*, uma *aventura da significação*, cuja Presença, *uma vez lançada, voa irrevogável*, como já nos disse Horácio (65 a.C – 08 a.C). Expressão interior/exterior, a Escritura não mais pertence a um Eu, mas sim, transforma-se em uma *dádiva que fala pela voz do outro*, transfigurada em *um conjunto de nuvens no qual cada fantasia percebe outras imagens*, segundo a visão de outro poeta francês, Jean Paul (1763 – 1825), sendo atualizada pelos seus mais diletos leitores/sujeitos/receptores.

Noite fria, de uma Porto Alegre de fins de maio de 2005.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail (VOLOSHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- _____. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- _____. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- _____. *O prazer do texto*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- BRAIT, Beth. *A natureza dialógica da linguagem: formas e graus de representação dessa dimensão constitutiva*. In: FARRACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão e DE CASTRO, Gilberto. *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.
- CLARK, Katherina e HOLQUIST, Michel. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. *Leitura do texto literário*. Lisboa: Editorial Presença, 1979.
- _____. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- _____. *Obra aberta*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- _____. *O conceito de texto*. São Paulo: EDUSP, 1984.
- _____. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- _____. *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- KRISTEVA, Julia. *Introdução à semanálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *A Intertextualidade crítica*. In: *Intertextualidade*, Coimbra: Poétique, n.27, 1979.